

Indianismo na primeira década do periodismo romântico (1833-1845)

Indianism In the First Decade of Romantic Journalism (1833-1845)

Gabriel Esteves

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Porto Alegre | RS
gabrielesteves@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4719-6672>

Resumo: Frequentemente, quem estuda a história de nossa literatura oitocentista tem a impressão de que a representação idealizada do índio como símbolo do espírito nacional foi uma solução estética procurada desde os primeiros tempos pelos introdutores da corrente romântica. Trata-se, porém, de uma constatação equivocada. Quando nos debruçamos sobre a produção jornalística desse período inicial, deparamo-nos com um fenômeno curioso: nela é pequena, proporcionalmente, a presença de propostas ou exemplos de literatura indianista. Tem-se a impressão, percorrendo periódicos como o *Jornal dos Debates* ou a *Revista Nacional e Estrangeira*, órgãos bastante representativos da sensibilidade contemporânea, que o indianismo não possuía, para esses primeiros românticos, o valor indispensável que a crítica posterior lhe atribuiu. É o que este artigo pretende mostrar. A partir do exame de importantes periódicos literários publicados entre 1833 e 1845, ver-se-á que a formação de nossa corrente indianista não se deu espontaneamente logo após a independência política, mas de maneira lenta, gradual e acidentada.

Palavras-chave: romantismo; indianismo; jornalismo.

Abstract: Those who study the history of 19th-century Brazilian literature often believe that the idealized representation of the indigenous figure as a symbol of national identity was a deliberate aesthetic choice made by the pioneers of the romantic movement. However, this assumption is mistaken. The analysis of the journalistic production of this early period reveals a curious phenomenon: there is a relatively small presence of proposals or examples of indianist literature in



them. Examining periodicals such as *Jornal dos Debates* and *Revista Nacional e Estrangeira*, both highly representative of the contemporary sensibility, one perceives that indianism did not hold the indispensable value for early Romantics that later critics ascribed to it. This article aims to demonstrate this point. By examining important literary periodicals published between 1833 and 1845, it will become clear that the emergence of the indianist literary trend did not occur spontaneously following political independence, but was instead a slow, gradual, and uneven process.

Keywords: romanticism; indianism; journalism.

1 Introdução

Frequentemente, quem estuda a história de nossa literatura oitocentista tem a impressão de que a representação idealizada do índio como “símbolo do espírito e da civilização nacionais em luta contra a herança portuguesa” (Coutinho, 1968b, p. 165) foi uma solução estética procurada “desde os primeiros tempos do romantismo” (Coutinho, 1968a, p. 95) pelos introdutores da corrente. Trata-se, porém, de uma constatação equivocada. Quando nos debruçamos sobre a produção jornalística desse período inicial, deparamo-nos com um fenômeno curioso: nela é pequena, proporcionalmente, a presença de propostas ou exemplos de literatura indianista. Tem-se a impressão, percorrendo periódicos como o *Jornal dos Debates* ou a *Revista Nacional e Estrangeira*, órgãos bastante representativos da sensibilidade contemporânea, que o indianismo não possuía, para esses primeiros românticos, o valor indispensável que a crítica posterior lhe atribuiu. Mas será acertada essa impressão? Terão esses autores feito pouco caso de um tema hoje intrínseco à própria concepção de romantismo? É o que pretendo investigar neste artigo. Examinarei, a seguir, a débil presença da temática indianista em importantes periódicos literários publicados entre 1833 e 1845, ou seja, do ano em que vem à luz nossa primeira revista de pretensões românticas, a *Revista da Sociedade Philomathica*, até o ano em que se publica o último número da revista *Minerva Brasiliense*. Meu objetivo é, com esse pequeno exercício de história capsular, demonstrar que a formação de nossa corrente indianista não se deu espontaneamente logo após a independência política, mas de maneira lenta, gradual e acidentada.

2 Revista da Sociedade Philomathica (1833)

Começamos pelo esforço inaugural da *Revista da Sociedade Philomathica* (1833), órgão de divulgação das ideias concebidas pela Sociedade Philomathica da Academia de Direito de São Paulo. É essa folha, segundo a opinião geral de nossos historiadores, a primeira “*barricada literária* nacionalista e romântica” do Brasil (Amora, 1969, p. 82), ou seja, a primeira folha periódica

dica que, entre nós, tomou o partido da escola nova. Durou a *Philomathica* apenas 6 números, de junho a dezembro de 1833, mas desempenhou um papel importante na configuração inicial da doutrina romântica e, por isso, tem merecido atenção desde que, já no último quartel do século XX, foi resgatada e republicada após cem anos de conhecimento parcial.

Há décadas tem prevalecido sobre a *Philomathica* uma interpretação demasiado brasilianizante, que busca associá-la quase exclusivamente à inauguração de duas propostas: o brasilianismo linguístico-literário, antilusitano; e o americanismo temático, identificado de maneira particular com o indianismo. Assim, escreve Antonio Candido que o propósito da *Philomathica* era “afirmar a identidade e autonomia da literatura brasileira, inclusive recomendando o abandono dos clássicos e da sujeição aos autores portugueses” (2002, p. 25, grifo meu), e Afrânio Coutinho conclui que a “doutrinação romântica” já havia despertado nos filomáticos tanto a ambição expressiva de escrever em “linguagem brasileira” (1968a, p. 73), não portuguesa, quanto a ambição temática de retratar os nativos: “o indianismo foi a resposta [...] procurada desde os primeiros tempos do romantismo pelos moços da Sociedade Filomática de São Paulo” (1968a, p. 95).

Essas suposições são verossímeis, mas não encontram respaldo no estudo factual da revista; partem de dados verdadeiros, mas chegam a conclusões inverificáveis. É correto que os filomáticos tencionavam, conhecedores dos ensaios clássicos de Almeida Garrett e Ferdinand Denis a respeito da literatura brasileira,¹ nacionalizar nossas letras. A crítica de Justiniano José da Rocha às *Poesias* (1832) de Gonçalves de Magalhães, por exemplo, não deixa dúvidas quanto a isso: ela revela um leitor sensível à “necessidade de maior ‘americanização’ da literatura brasileira” (Coutinho, 1968a, p. 71), um leitor interessado na “introdução de elementos naturais nativos – palmeiras e sabiás – em substituição aos estrangeiros” (Moreira, 1991, p. 53). O que queria Rocha (1833, p. 51) era que os vates brasileiros olhassem para o “azulado céu dos trópicos” e fizessem “descansar seus amantes à sombra amena de nossas mangueiras”, e por isso parabeniza Magalhães: “graças a ele, já a majestosa mangueira substituiu os choupos e os carvalhos, já o sabiá brasiliense desentronizou o rouxinol d’Europa e algumas das belezas americanas trajaram as ricas galas da poesia” (Rocha, 1833, p. 56).

Mas há exageros na interpretação dos historiadores. Enganam-se, por exemplo, quando intentam descobrir a gênese das pesquisas modernistas em torno da “linguagem brasileira” no modesto americanismo filomático, conferindo a João Salomé Queiroga um protagonismo que não possuía na Sociedade; quando reconhecem sentimentos ultranacionalistas e antieuropeus nesses atentos espectadores da literatura estrangeira; e quando atribuem à *Philomathica* um papel decisivo na implementação da corrente indianista sem disso apresentar evidências satisfatórias.² É sobre esse último ponto que agora escrevo.

Seguramente, o americanismo fez parte do programa de valorização nacional empreendido pela Sociedade *Philomathica* – mas americanismo de aves, plantas e rios, como aquele praticado por Magalhães em 1832 e elogiado por Rocha, ou seja, um americanismo de paisagem, de fauna e flora. Não há discordar. Agora, façamos uma distinção importante: americanismo não quer dizer indianismo, muito embora o segundo seja uma manifestação

¹ Para uma visão sintética dos ensaios de Garrett e Denis, Cf. Amora (1969, p. 57-74).

² A propósito do suposto antilusitanismo dos filomáticos e da associação anacrônica entre o idioma “luso-bundo-guarani” de Queiroga, desenvolvido em meados de 1870, e o impulso americanista da Sociedade *Philomathica*, cf. Esteves, 2022.

do primeiro. Há americanismo sem indianismo. Rocha admira a cor local empregada por Magalhães em suas paisagens, mas cala sobre a presença indígena (bastante arcádica) nas *Poesias*; admira os sabiás, as mangueiras, o céu dos trópicos, mas nada escreve sobre a cantata “A morte de Lindoia”, apenas que o poeta retratou o amor com “animadas cores” (1833, p. 56). Essa ausência, em uma crítica conhecida pelo caráter profético das suas considerações americanistas, e que Hélio Lopes (1978, p. 19) classificou como “momento histórico dentro de nossa literatura”, causa perplexidade. É difícil de explicar.

Mas a verdade é que, se falamos em indianismo *stricto sensu*, sem diluí-lo na categoria maior do americanismo, que engloba tanto aspectos físicos quanto etnográficos, então veremos que ele se manifesta apenas uma vez, em 200 páginas, no prefácio ao romance exótico de Daniel Gavet e Philippe Boucher, *Jakaré-Ouassou, ou Les Tupinambas* (1830), incluído na revista para ilustrar o que “acerca do nosso país pensam os europeus sensíveis e entusiastas de nosso solo fértil e virgem” (Jakaré-Uassu, 1833, p. 92, em nota). As propostas esboçadas pelos autores, inspiradas pelas *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824) de Denis, atestam sua vontade de povoar as selvas desse “país de maravilhas” com autênticos selvícolas:

Queremos pintar uma natureza selvagem. Sendo assim, não passaremos por charlatães se pintarmos homens que em nada sejam diferentes dos nossos? Dir-se-á que ficamos em Paris, que por via só de nossos amigos corremos milhares de léguas e que, para completar a farsa, apanhamos alguns pobres europeus a quem furamos os beiços e as orelhas, tingimos de mil cores e ornamos de uma larga zona de penas [...]. Não, nada de pelotica em literatura. Os hábitos dos europeus cobrem mal o homem das florestas; é força que seu corpo, que seus membros apareçam a descoberto, é mister mostrar suas espáduas nuas. (Boucher; Gavet, 1833, p. 97)

Mas terá esse mero prefácio, que os autores desejariam limitar à dimensão de “quadros de costumes” (1833, p. 97), encorajado os membros da Sociedade a rabiscar algumas linhas? Ou melhor, pode esse único momento de “indianismo” importado e descontinuado servir como evidência satisfatória de que a representação indígena foi a solução procurada “desde os primeiros tempos” pelos moços da Philomathica, como queria Coutinho? Parece-me que não. Infelizmente, a *Revista da Sociedade Philomathica* é um órgão pobre em figuras indígenas, e não há nela (ou fora dela) nenhuma composição que ratifique a hipótese de Coutinho; nada que confirme a existência de versos indianistas na Academia de Direito em 1833. Tanto Magalhães e Rocha quanto os autores do *Jakaré-Ouassou* parecem privilegiar o americanismo paisagístico em detrimento do americanismo etnográfico (o indianismo). Uma hierarquia vai se esboçando: chega-se ao selvagem porque quer-se pintar a selva; aquele acompanha a pintura desta, não o contrário.

Poder-se-ia argumentar que alguns poemas indianistas compostos mais tarde atestam a influência decisiva da Philomathica nesse sentido. Antonio Candido, por exemplo, comentando a formação de Firmino Rodrigues, autor da célebre *nênia* a Francisco Bernardino Ribeiro (1841), à qual se atribui a fundação da “poesia nacional, a saber, o indianismo” (2000a, p. 288), retrocede as suas inspirações até os tempos da Sociedade Philomathica, estabelecendo um nexo causal entre o poema e o círculo frequentado nos tempos de faculdade. Quer dizer, se Firmino compôs a *nênia* que foi o “ponto de partida de nosso ‘indianismo’ romântico, ou seja, da face mais característica de nossa ‘poesia americana’” (Ramos, 1968, p. 60),

é porque, segundo Candido (2000a, p. 288), Firmino foi “rebento da *Filomática*”, e porque a Philomathica tinha algo que ver com indianismo.

Mas tinha? Onde estará a evidência de que o indianismo de Firmino, revelado quase uma década depois, provém dos tempos da Sociedade Philomathica? No prefácio traduzido de *Jakaré-Ouassou*? Nos elogios de Rocha aos poemas de Magalhães? É bastante improvável. Por que não atribuir suas inspirações à leitura direta dos setecentistas, de Garrett, de Denis, de Chateaubriand, ou, quem sabe... de Gonçalves de Magalhães? Afinal, passado à Europa, Magalhães tratou logo de comunicar aos seus conterrâneos, via correspondência publicada no *Correio Oficial* em 30 de agosto de 1834, que portava extratos de um longo poema indianista arquitetado desde 1833, e que seria a *Confederação dos Tamoios*.³ Terá Firmino Rodrigues conhecido essa carta contendo cem versos e um inédito “projeto de poesia nacional calcado no indianismo, entendido, de forma restrita, como o movimento literário centrado na valorização da figura do indígena” (Ferretti, 2015, p. 178)? É possível. Confirmada essa hipótese, precisaríamos admitir que nosso indianismo não resultou das *soirées* filomáticas em São Paulo, nem dos esforços tardios de Firmino, mas das pesquisas conduzidas pelo autor dos *Suspiros Poéticos*. Essa hipótese, porém, não pode (ainda) ser comprovada. A correspondência do *Correio Oficial* caiu, logo depois de publicada, em um inexplicável esquecimento. Salvo engano, não há livro ou artigo que a mencione durante todo o século XIX, e nenhum de nossos grandes historiadores a avaliou. Trata-se, portanto, de um elo perdido na gênese do indianismo romântico, elo importante, e que como tal merece ser estudado.

Resumamos: viu-se que foi tímida a presença do indianismo no círculo da Sociedade Philomathica, e que não há maneira fácil de atestar sua contribuição para o desenvolvimento posterior da corrente, a não ser na medida em que o americanismo paisagístico pleiteado pelos colaboradores da folha, em tese, predispunha-os ao americanismo etnográfico. Se predispos, porém, e os filomáticos passaram dos sabiás aos tupinambás, o translado não foi registrado pelo seu órgão oficial.

3 *Nitheroy, Revista Brasiliense* (1836)

Passemos à revista que serviu de “órgão à iniciação da literatura brasileira no Romantismo” (Veríssimo, 1916, p. 216), se é que revista podemos chamar a dois grossos volumes encadernados. A *Nitheroy, Revista Brasiliense*, foi-nos enviada de Paris em 1836 (circulou em 1837) pelos seus três redatores, os moços Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Sales Torres Homem, e tem desde então gozado de um inequívoco “privilégio histórico” (Lopes, 1978, p. 20) quando se trata de descrever o processo formativo do movimento romântico, mesmo que tenha tido importância “praticamente nula” (Sodré, 1966, p. 211) na história do periodismo nacional. É leitura inescapável, considerada o verdadeiro “pórtico da nova literatura” (Candido, 2000b, p. 17).

Deve causar uma justa perplexidade no leitor, portanto, a informação de que “nenhum dos seus colaboradores praticou imediatamente o indianismo” (Candido, 2000b, p. 21), cons-

³ Para uma contextualização dessa correspondência importantíssima, mas ainda desconhecida, cf. Ferretti (2015) e Esteves (2024).

tatação absolutamente verdadeira no que diz respeito ao conteúdo da revista.⁴ Há, ao longo de todas as quase 500 páginas desse órgão semioficial, “índice, e muito expressivo” do estilo de cultura e civilização que os seus jovens redatores procuravam “introduzir no Brasil” (Amora, 1969, p. 93), apenas um artigo de interesse para a corrente indianista – e para a historiografia literária como um todo, pois a revista “é conhecida por apenas um de seus tantos artigos” (Pinassi, 1998, p. 156), justamente este: o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, de Gonçalves de Magalhães, texto que tem sido tomado algumas vezes, sem que assim pretendesse o autor, por manifesto do romantismo brasileiro.

Vejamos o ensaio. Segundo Antonio Candido, ele estabeleceu, ao lado dos “Estudos sobre a literatura” de João Manuel Pereira da Silva, outro importante artigo publicado pela *Nitheroy* – que recomenda, aliás, o estudo abrangente das “superstições e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes e religião” (Pereira da Silva, 1836, p. 238), sem se referir ao índio em particular –, o “ponto de partida para a teoria do Nacionalismo literário [...], aclimando as ideias de Denis, que lhe servia de bússola” (2000b, p. 14), promovendo assim uma “expressão nacional autêntica” (2000b, p. 15) sintetizada pela figura do índio, “elemento básico da sensibilidade patriótica” (2000b, p. 19), e pela “força inspiradora da nossa natureza” (2000b, p. 296). Seriam esses dois elementos, portanto, índio e natureza (sempre segundo Candido), as “duas pedras fundamentais do nacionalismo romântico” (2000b, p. 296), o fundamento do “programa renovador” (2002, p. 26) que Magalhães expõe em seu ensaio.

Soares Amora, seguindo uma linha similar, argumenta que o ensaio de Magalhães, a “primeira boa síntese de nossa história literária” (1969, p. 102), foi responsável pela formulação dos três “princípios ativos” a partir dos quais nossa literatura poderia alcançar (mas não alcançou) uma expressão autônoma, a saber: a natureza – propícia “à sensibilidade artística e às forças criadoras do espírito”; o índio – “que incorporara em nossa etnia um ‘indiscutível’ pendor artístico para a poesia e a música, e era ainda [...] guardatário das tradições poéticas e musicais de algumas das nações primitivas”; e o gênio – quer dizer, o escritor “educado no conhecimento de toda a tradição poética, mas [...] independente e não reconhecendo por lei senão as inspirações de sua alma”, ou ainda “um espírito singularmente poderoso na originalidade e na capacidade de renovar e enriquecer os recursos expressivos criados por outros gênios da literatura universal” (1969, p. 102-103). Da conjugação desses três princípios resultaria a “expressão, por escritores com talento ou ‘gênio’, daquilo que era essencialmente brasiliense, isto é, o índio brasileiro e uma natureza reconhecidamente ímpar, pela novidade, pela força inspiradora e pela beleza” (1969, p. 100). Aí estaria, em síntese, a “filosofia da história da literatura brasileira” (1969, p. 103), ou “idealismo histórico-literário” (1969, p. 104) de Magalhães.

Afrânio Coutinho concorda. Para ele, “a natureza e a tradição indígena constituíram os polos do pensamento crítico do [nosso] Romantismo” (Coutinho, 1968a, p. 78), e o ensaio “revela o nacionalismo subjacente no pensamento de Magalhães, obedecendo ao intuito de exaltar o nosso passado nacional, segundo um sentimento patriótico, a incorporação dos valores nacionais, a confiança nos destinos do Brasil, o desejo de criar uma literatura nacional” (Coutinho, 1968a, p. 77). Sua leitura é caudatária, ele confessa, das análises de Aderaldo Castello e de Soares Amora. Herda deste segundo, em particular, a proposta dos princípios

⁴ Nessa época, como vimos anteriormente, Gonçalves de Magalhães já se dedicava à composição da *Confederação dos Tamoios* há pelo menos dois anos, de maneira que, em sentido amplo, a asserção de Antonio Candido está incorreta.

ativos, e argumenta com ele que o ensaio de Magalhães teria legado três ideias basilares à crítica oitocentista:

A da natureza, como fonte de inspiração literária; a do índio, como alicerce da civilização brasileira, geradora do indianismo como tema e motivo; a do gênio criador, ou da individualidade extraordinária do artista, com sua sensibilidade e capacidade incomum de interpretar os anseios e pensamentos da comunidade. (Coutinho, 1968a, p. 79)

Candido, Amora e Coutinho concordam, portanto, em descrever o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” como documento inaugural de um movimento literário igualmente atento ao papel da natureza e do índio, “pedras fundamentais” do romantismo. A mim não parece, contudo, que tenham inteira razão; creio que exageram o papel do elemento indígena no artigo. Explico-me. Magalhães, para começar, não atribui a fundação da literatura do Brasil aos seus indígenas – “a poesia do Brasil”, ele escreve, “não é uma indígena civilizada, é uma grega vestida à francesa e à portuguesa e climatizada no Brasil” (1836a, p. 146), ou seja, é literatura de matriz europeia, “literatura não no país nascida” (1836a, p. 153) –, nem sugere que o indígena constitui o “alicerce da civilização brasileira” (como depois insinuaria Gonçalves Dias), muito embora afagasse, enquanto historiador e enquanto poeta de motivos históricos (desde 1834, lembremo-nos), a ambição arqueológica de descobrir um “precioso monumento” indígena capaz de “influir sobre a atual poesia brasileira, como os cânticos do bardo da Escócia [Ossian] sobre a poesia influíram do norte da Europa, e hoje, harmonizando seus melancólicos acentos com a sublime gravidade do cristianismo, em toda a Europa dominam.” (Magalhães, 1836a, p. 157).

Ora, e como não interessaria à história da literatura do Brasil, na época mesmo de sua fundação, a descoberta de um documento que lançasse luz sobre a produção poética de seus antigos habitantes? Interessaria, sem dúvida, e continuou sempre a interessar. Joaquim Norberto (Silva, 1862, p. 303), discípulo obstinado de Magalhães, membro também do futuro Instituto Histórico e Geográfico, afagaria o mesmo sonho ainda duas décadas mais tarde:

Esses monumentos serviriam ao menos para podermos avaliar o seu desenvolvimento intelectual por meio do estudo e da confrontação, e seriam por ventura estimados e apontados nas nossas bibliotecas como peças importantes da nossa arqueologia literária. (Silva, 1862, p. 303).

Não é razoável, porém, que façamos desse interesse arqueológico uma das pedras fundamentais do programa literário esboçado pela *Nitheroy* e continuado pelo Instituto Histórico e Geográfico, pois, na verdade, é ínfima a produção bibliográfica dedicada a esse problema. Joaquim Norberto não julgava que a poesia indígena, caso redescoberta, tivesse maior legitimidade enquanto literatura brasileira do que aquilo que vinha sendo produzido sob essa alcunha em língua portuguesa. Pelo contrário: “Se os Tupis escrevessem em sua harmoniosa língua, se nos transmitissem por meio das letras os seus cantos tradicionais, as suas endechas de amor, os seus hinos guerreiros e constituíssem assim uma literatura, seria ela por ventura então a literatura brasileira?” (Sousa Silva, 1862, p. 156).

A resposta, subentende-se, é “não”. O mesmo posicionamento está contido no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”. Se ele alude brevemente à poesia indígena, não é ela o

seu foco, mas o “céu” do Brasil. É em torno deste conceito que gira a sua proposta de nacionalização literária. Entre as produções dos primitivos e dos novos brasileiros, dos pré e pós-cabralinos, Magalhães não pôde descobrir nenhuma continuidade, nenhum elo perdido – “nenhum documento sobre isso [cânticos indígenas] possuímos” (Magalhães, 1836a, p. 157), ele confessa –, a não ser o próprio território, sua geografia, sua flora, sua fauna. É a natureza, pois, o elemento constante e invariável da equação romântica. “A natureza”, diria Joaquim Norberto (1862, p. 350), é “fonte perene, não se esgota; e a inspiração dimana dela inexaurivelmente”. A natureza inspirou os nheengasaras pré-cabralinos, e, segundo Magalhães (1836a, p. 155), devia ainda inspirar os brasileiros do século XIX: “com tão felizes disposições da natureza [...] os Brasileiros músicos e poetas nascer deviam. Quem o dúvida? Eles foram, eles ainda o são”.

Vê-se, assim, que a conhecida premissa, contida no artigo, de que os indígenas brasileiros cultivaram a poesia e a música, serve apenas de confirmação à tese principal de que a natureza do Brasil é capaz de inspirar a imaginação dos poetas – “pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas?”, pergunta Magalhães, “os seus indígenas cultivaram porventura a poesia?” –, uma vez que é “a disposição e caráter de um país” que “mais decisiva influência exerce sobre o físico e moral de seus habitantes” (Magalhães, 1836a, p. 153), devendo igualmente agir sobre artistas de ascendência diversa. Essa premissa não possui ainda nenhuma implicação genética, taineana, como depois encontrará, por exemplo, na obra de Silvio Romero. Não; o ponto decisivo do argumento nacionalista está, em meados de 1836, no céu do Brasil, na atmosfera propícia à inspiração poética – análoga, embora essencialmente distinta, à do Oriente, da Grécia, da Itália, que também inspiraram estrangeiros (Cf. Magalhães, 1836a, p. 153-154) –, e não na constituição genética ou na herança indígena (cultural e literária) do povo brasileiro. Da constatação de que tamoios, caetés e tupinambás eram músicos e poetas, Magalhães tira a conclusão de que “à poesia não se opõe o país, antes pelas suas disposições física muito favoneia o desenvolvimento intelectual” (1836a, p. 157-158). Trata-se aqui, portanto, para o autor do *Suspiros Poéticos*, de demonstrar que a faculdade criativa do homem é capaz de reagir de diferentes maneiras a diferentes estímulos paisagísticos, e que o cenário brasileiro, em especial, pode despertar novos e empolgantes pensamentos:

O homem, colocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta, certo não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações como se ele assistisse aos olímpicos jogos, ou na pacífica Arcádia habitasse. (Magalhães, 1836a, p. 147-148)

Conclui-se dessa exposição que o indígena e a natureza não possuem valor equiparável no programa literário da *Revista Brasiliense*, quer dizer, não constituem, ao menos não neste momento, os dois “polos do pensamento crítico do Romantismo” (Coutinho, 1968a, p. 78), nem as “duas pedras fundamentais do nacionalismo romântico” (Candido, 2000b, p. 296). Em uma palavra, o elemento indígena é *subordinado* ao elemento ambiental; é como um satélite menor que orbitasse à roda da natureza brasileira, esta sim um elemento essencial na constituição do programa. Reflexo sintomático dessa hierarquia é a lamentável ausência da figura indígena nos *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), coleção de versos que acompanhou a publicação na *Nitheroy*, ao passo que muitos dos seus poemas foram escritos sob a influência de diferentes cenas da natureza, assim como a própria “Voz da natureza”, longo cântico de Araújo Porto Alegre, impresso no segundo tomo da *Revista Brasiliense*.

Por último, vale ainda notar que, para Magalhães e seu grupo, tanto o indianismo quanto o paisagismo americanista devem servir a um propósito edificante (moral, histórico ou religioso) pautado pela doutrina civilizatória do ecletismo espiritualista. Antes de ser indianista, antes de ser americanista, foi nosso romantismo inicial profundamente “civilizacionista”. Ora, não foi Gonçalves de Magalhães (1836b, p. 4) quem, na introdução aos contemporâneos *Suspiros Poéticos*, escreveu que fazia pena ver Sousa Caldas cantando o homem selvagem em vez do civilizado, sem demonstrar a superioridade do segundo sobre o primeiro?

...causa mesmo dó que [Sousa Caldas] cantasse o homem selvagem de preferência ao homem civilizado, como se aquele a este superasse, como se a civilização não fosse obra de Deus e a que era ele chamado pela força da inteligência com que a Providência dos mais seres o distinguira! (Magalhães, 1836b, p. 4)

Não há nada nas ideias desse poeta que faça pensar no primitivismo rousseauiano descrito por Ernest Seillière e seus discípulos como elemento indispensável da mentalidade romântica. Pelo contrário, sua postura diante do homem selvagem é de superioridade compassiva. Magalhães é, com certeza, um pivô da civilização, ou, como dirá mais tarde, um “filho da civilização” que “nem por zombaria” pretendia imitar o discurso de Rousseau “em favor do estado selvagem, verdadeiro brinco de uma imaginação caprichosa” (Magalhães, 1865, p. 192). A humanidade idealizada por Gonçalves de Magalhães, bem como pelos seus colegas de redação, está destinada aos grandes feitos, ao progresso, à dominação da natureza:

...missão augusta
É sem dúvida a sua, e o seu destino
Não é o d'alimária!... A Natureza
Obedece ao seu mando como s'ele,
Entre Deus e a terra colocado,
Órgão fosse das leis da Providência. (Magalhães, 1836b, p. 44)

Ou ainda:

A Natureza o homem bruto cria;
O mundo o aperfeiçoa
Com dores e trabalho.
Como as pedras se brunem com o atrito
No revolver das ondas,
Ou como no crisol, à chama exposta,
Se purifica a prata,
Destarte, entregue à dor, doma-se o homem. (Magalhães, 1836b, p. 110-111)

A civilização, pois, não faz degenerar o homem primitivo – mesmo Gonçalves Dias, o cantor do *Timbiras*, concordaria com essa ideia: “[os indígenas] não degeneraram ao contato da civilização, porque esta não pode envilecer” (Dias, 1849, p. 28) –, mas doma-o, refina as suas qualidades, eleva a sua espiritualidade e a sua sensibilidade para as artes, as letras, a música. É isso o que sugere um outro redator da *Nitheroy*, Araújo Porto Alegre (1836, p. 175):

No estado selvagem e de barbaria, a música não é mais do que uma assuada contínua; o canto se apresenta em forma de uivos, e a orquestra como um tumulto d'armas. Mas logo que um pequeno grau de civilização se introduza, ela muda de caráter, e isto se observa nos selvagens do Brasil.

Fica claro, dessa forma, que a *Nitheroy* não privilegia a representação idealizada dos índios brasileiros como nobres guerreiros (pretere-a em favor de retratos naturais ou de costumes, não necessariamente indígenas), nem enaltece ingenuamente o primitivismo do “homem selvagem”. Seus redatores são arautos da civilização, da religião e do progresso,⁵ cujo interesse pela cultura indígena se limita aos campos da história e da arqueologia. Pobre e confuso, portanto, é o indianismo desses jovens, que nos apresenta o índio brasileiro como músico e poeta (porque nascidos no Brasil), amigo da liberdade e da independência, mas ao mesmo tempo como bruto, desarmônico, pagão, inferior em tudo ao seu sucedâneo civilizado.

4 *Jornal dos Debates* (1837-1838) e outras folhas literárias (1837-1843)⁶

Legítimo herdeiro da revista *Nitheroy* após o regresso da legação brasileira em Paris foi o *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, folha organizada pelos mesmos Sales Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e, adido tardio ao grupo, João Manuel Pereira da Silva. A folha, de tiragem bissemanal, durou de 1837 a 1838, e encerra um altíssimo valor para a formação de nosso movimento romântico, pois deu continuidade às propostas divulgadas pela *Revista Brasiliense* (muitos dos seus artigos, na verdade, foram republicados pelo *Jornal dos Debates*), aprofundou discussões apenas anteriormente aventadas pelo grupo, e alcançou uma circulação muito mais significativa no país do que a sua predecessora parisiense, sendo efetivamente lida pelos homens de letras e discutida nos periódicos contemporâneos.

Chama a atenção, portanto, dada a importância do *Jornal dos Debates* no contexto de implementação das ideias românticas no Brasil, que ele não contenha, em mais de 80 números distribuídos por dois anos, um só artigo que tangencie a temática indianista, mesmo quando os seus colaboradores tratam de literatura, de história, ou publicam versos de lavra própria. Gonçalves de Magalhães (1837, p. 121), nos “Estudos sobre a história literária do Brasil” publicados pelo jornal, limita-se a pintar os indígenas brasileiros como meros discípulos de jesuítas, “cuja sorte eles melhoravam, cuja inteligência eles desenvolviam”, pouco a pouco civilizando-se. Das aproximadamente 15 composições literárias publicadas pelo *Jornal dos Debates* em prosa ou verso, nenhuma trata de índios, ainda que muitas tenham caráter profundamente “romântico”. Esse mesmo fenômeno ocorre em outras folhas contemporâneas dedicadas à literatura, e com a qual também contribuíram os escritores do tempo, como o *Gabinete de Leitura* (1837-1838) ou *O Chronista* (1836-1838, primeiro jornal do Brasil a conter uma seção literária).

⁵ Para uma leitura do caráter profundamente civilizacional e espiritualista da revista *Nitheroy*, Cf. Esteves, 2024, p. 115-139.

⁶ Esclarecimento necessário: não me debruço sobre a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, fundada em 1839, porque investigo a representação idealizada do índio em obras literárias, e, muito embora os colaboradores do IHGB tenham se dedicado desde a sua fundação ao estudo de povos indígenas, fizeram-no sempre do ponto de vista histórico e etnográfico, abordagem que não convém ao escopo deste artigo.

Como explicar essa estranha ausência, quando nos acostumamos a julgar o indianismo elemento básico e imprescindível da sensibilidade pós-*Revista Brasileira*? Terá sido o indianismo, talvez, para o grupo por trás desses primeiros jornais e revistas literários, preocupado com questões de natureza bastante diversa (formação de institutos de ensino e pesquisa, modernização do sistema político etc.), um objeto poético de segunda ordem, subordinado ao americanismo paisagístico e às exigências representativas de certos motivos históricos? É conjectura que não pode passar desconsiderada.

Em 1839, finalmente, vêm à lume dois episódios da *Confederação dos Tamoios* na *Revista Nacional e Estrangeira*, folha administrada por três membros do Instituto Histórico e Geográfico (entre eles, João Manuel Pereira da Silva, ex-*Nitheroy* e ex-*Jornal dos Debates*), mas o poema não provoca a menor repercussão jornalística – situação muito diferente, por exemplo, da vivida à mesma época pelos implementadores do teatro romântico no Rio de Janeiro.⁷ Por quê? Talvez fossem poucos os leitores de poesia interessados nesse tema, talvez poucos os assinantes da *Revista Nacional e Estrangeira*, talvez poucos os críticos (bastava um!) entusiasmados pelo estilo de Magalhães nesses excertos, que tanto lembram os quadros etnográficos da *Voyage Pittoresque* de Debret... São todas suposições. Fato é que a *Confederação* foi o único texto de fundo indianista publicada pela revista (que conta, no total, com mais de 1500 páginas, e recebeu, ao longo dos seus dois anos de atividade, contribuições de dezenas de autores), o que não deixa de causar alguma estupefação. Nenhum artigo mais, nenhuma quadra sequer.

Entre 1839 e 1840, publicou-se também no Rio de Janeiro o *Correio das Modas*, folha literária de um certo romantismo *standard*, feito para circular nos salões do mundo elegante e preencher a lacuna entre uma valsa de Strauss e uma gravura de vestido. Não obstante essas pretensões mundanas, o *Correio* veiculou produções de autores importantes como Martins Pena (publicou *Minhas aventuras numa viagem nos ônibus*, *A sorte grande*, *O poder da música* e outros contos), Firmino Rodrigues (antigo filomático, como vimos; publicou *O desengano*), Gonçalves de Magalhães (publicou ali três poemas galantes intitulados *O desengano*, *A ciência do mundo* e *A mudança*), e outros menores como Maciel da Costa, Nascimento Silva e Castro Menezes. No total, compõe-se o *Correio* de quase 80 números, mas em nenhum deles há um poema de sabor indianista, nem um conto, nem um artigo, nada.⁸

É inexistente, portanto, a idealização indígena no *Correio* – o que causa estranhamento, sem dúvida, em uma folha que se dedicava justamente às modas do tempo, inclusive literárias. Mais uma vez, como explicar esse estranho fenômeno? Não estava o indianismo ainda, entre 1839 e 1840, “na moda”? É difícil crer que sim. Além da ausência desse assunto em contos e poemas publicados nas revistas literárias do tempo, não há nenhuma tentativa de evocá-lo no teatro, e isso justo quando os palcos brasileiros vinham tentando nacionalizar-se e convinha experimentar novos temas.

Em fins de 1840, um golpe contra o indianismo incipiente: Gonçalves de Magalhães, seu principal (senão único) representante até então, é nomeado secretário do governo de Luís Alves de Lima, recém-eleito presidente do Maranhão, e parte com ele para a província rebelde, suspendendo a carreira de escritor. Essa viagem foi, com toda a probabilidade, um empecilho para o desenvolvimento da corrente indianista. Até 1843, ela contará apenas com

⁷ A respeito dessa ardorosa resistência contra o teatro romântico na altura da década de 1830, Cf. Esteves, 2023.

⁸ Há um artigo, “O índio Guido Pocrane”, que trata superficialmente da viagem real que fez este índio do Rio Doce ao Rio de Janeiro em 1840, mas em tom jocoso e informativo, não literário (Cf. O índio, 1840, p. 10).

algumas poucas e esporádicas contribuições em jornais não especializados em literatura. Em 1840, no *Diário do Rio de Janeiro*, Joaquim José Teixeira (1840, p. 1) publica uma ode à coroação de Pedro II em que se leem versos como “As filhas de Niterói risonhas dançam. / De capelas de flores adornadas, / Alegres hinos cantam. / Tupá! Tupá! Meus rogos escutaste” etc. Um ano mais tarde, em 1841, Firmino Rodrigues publica n’*O Brasil* a célebre nênia de que já falamos, e que José de Alencar (1856, p. 32) considerará mais tarde o “verdadeiro tipo da poesia nacional”. E basta. Se não me engano, são apenas esses os espécimens do magro indianismo cultivado nas folhas periódicas entre 1840 e 1843.

Mas há ainda que se considerar, antes de passarmos adiante, a publicação, no segundo volume dos *Cânticos Líricos* (1842), de treze estrofes extraídas dos *Três dias de um noivado*, poema-romance que Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa vinha preparando, e cuja publicação completa se daria pouco a pouco entre 1843 e 1844. Segundo José Veríssimo (1916, p. 225), Teixeira e Sousa foi “o primeiro a fazer do nosso selvagem tema de uma ficção em verso e a tomar índios para suas personagens principais”. Engana-se, todavia, pois a precedência cronológica cabe, conforme já se viu, a Gonçalves de Magalhães. Aliás, segundo o relato de Joaquim Norberto de Sousa Silva (2005, p. 184), a *Confederação dos Tamoios* exerceu influência decisiva sobre o autor dos *Cânticos Líricos*: “jamais Teixeira e Sousa empreenderia a confecção do seu poema *Três dias de um noivado* se não tivesse ouvido a leitura da *Confederação dos Tamoios*”. Fosse ou não assim, fato é que as treze estrofes publicadas em 1842 dão mostras de uma cultura indígena ocidentalizada, já perfeitamente cristã – toda a concepção do poema, aliás, nas palavras do próprio poeta, foi presidida pela religião e pela dor (Cf. Sousa, 1844, p. xviii) –, muito diferente da que se verá mais tarde com os *Timbiras* de Gonçalves Dias, ou mesmo na *Confederação* de Magalhães: “A mãe de Corimbaba abre apressada / Oratório devoto, expõe ao culto / Do divino Jesus morrente imagem, / E da virgem bendita. Eles prostrados, / Ergue a velha [...] / Eucarístico hino” (Sousa, 1842, p. 91-92). O protagonista de Teixeira e Sousa não é, pois, nenhum herói de epopeia; é o indígena mesmo do século XIX, a caminho de civilizar-se, filho de pai português, educado à europeia (prefere manejar a espingarda em vez do arco e flecha), e que se distingue dos demais habitantes das zonas rurais apenas pelo exotismo do nome – Corimbaba, esposo de Miry’ba (Bárbara é seu nome cristão). A influência maior, aqui, parece ser não a do indianismo “heroico” que ainda mal se insinuava no Brasil, mas a do indianismo sorumbático e *rêveur* do “bardo sicambro” (Sousa, 1844, p. 24), quer dizer, de François-René de Chateaubriand, e que se nota por vários elementos da narrativa: pela escolha das personagens (índios cristianizados, filhos de pais europeus; um velho anacoreta na solidão da floresta), pela ambientação melancólica das selvas e grutas, pelo elogio da incivilização (diverge, nesse ponto, do círculo da *Nitheroi*⁹), pelo desfecho ao mesmo tempo trágico e piedoso da trama, pela função moralizante e cristianizadora da narrativa (todas as personagens são probas; não há nenhum embate entre bem e mal) etc.

Tendo em vista todos esses aspectos do longo poema de Teixeira e Sousa, podemos dizer que ele não é tanto uma composição “indianista” (se indianismo é aquilo que nos acostumamos a associar, talvez de maneira indevida, aos nomes de Alencar e Gonçalves Dias), mas,

⁹ Teixeira e Sousa (1844, p. 15) argumenta que os indígenas de seu poema-romance “não libavam / O licor empestado das cidades, / Que pouco a pouco filtra-se insensível / Nos jovens corações”. A esse respeito, veja-se o longo discurso do eremita no canto IV dos *Três dias de um noivado*.

nas palavras de Antonio Candido (2000b, p. 32), uma composição “semi-indianista”, de maneira que, ainda em 1842, faltava à corrente quem lhe desse um pleno impulso, decidido e vigoroso.

5 A *Minerva Brasiliense* (1843-1845)

Em 1843, após alguns anos de marasmo quase absoluto (Joaquim Norberto, nas *Modulações Poéticas* que publicou em 1841, limitou-se a tratar dos indígenas brasileiros apenas na parcela informativa e historiográfica do livro, não os tematizando em seus poemas), Sales Torres Homem e Santiago Nunes Ribeiro fundam um periódico “*essencialmente literário*” (Ephemeros, 1844, p. 3), a *Minerva Brasiliense*. Em relação ao que se vinha praticando, esta é a época de nossa primeira, mas ainda tímida floração indianista – dez anos depois da crítica nacionalizante que Rocha publicou na *Revista da Sociedade Philomathica*!...

É por meio dessa revista que “os admiradores de Magalhães vão impor-se fortemente” (Lopes, 1978, p. 32) na vida cultural e divulgar algumas de suas principais criações. Mas e o indianismo? Se é grande e importante a lavra literária da *Minerva*, dezenas e dezenas de versos, traduções e dramas de diversos autores, a sua parcela de contribuição indianista é, em termos proporcionais, reduzidíssima. O poema *Três dias de um noivado*, publicado pela *Minerva*, é obra (já vimos) “semi-indianista”, mais nacional pelas paisagens do que pela trama; o mesmo se pode dizer do “Canto Genetlíaco” e das “Brasilianas” publicadas por Araújo Porto Alegre entre 1844 e 1845, que se limitam a citar índios como vestígios arqueológicos ou meras metonímias – “Do mundo do Tamoio aqui outrora, / Só de vasos fragmentos testemunham; / Rude esboço da indústria primitiva” (Porto Alegre, 1844, p. 302) –. Ou seja, quando escrevem sobre o Brasil, a preferência dos poetas ainda recai nos temas histórico-heróicos, no retrato dos hábitos rurais ou nas maravilhas de fauna e flora do paisagismo americano¹⁰ – veja-se, por exemplo, a balada “O caçador”, de Porto Alegre, ou os poemas introdutórios do *Ramalhete de flores oferecido às jovens fluminenses* (1844), coleção entusiasticamente divulgada pela revista.

Agora, francamente indianista é a balada “O filho do prisioneiro”, de Joaquim Norberto de Sousa Silva (1844b, p. 370-371), sobre a origem de Filipe Camarão; e algo indianista é também o romance “O pedestre”, primeira parte do poema “O Ipiranga”, de Miguel Maria Lisboa (1844, p. 590-592), muito embora não seja nada lisonjeiro o retrato de seu personagem indígena: “nariz chato”, “boca dentuça”, “indócil cabelo” e aspecto que denuncia “parco intelecto”. Mas são casos isolados, únicas exceções em quase mil páginas de revista.

Foi pobre a *Minerva*, portanto, em exemplos indianistas. Mas não na formulação de uma doutrina indianista. É através dessa folha que, pela primeira vez, um membro do círculo de Magalhães expressa com clareza que o Brasil possuiu um “povo heroico que merece de ser cantado”, cuja coragem “fora pelos europeus admirada”, cujos “cânticos de guerra aos sons de suas *muremurés* atroaram os ares”, e cujos hábitos guerreiros convêm tanto à fantasia quanto

¹⁰ É o mesmo espírito que começava a animar escritores alheios ao círculo imediato do IHGB, como Vicente Pereira de Carvalho Guimarães, autor do poema regionalista *O Tocador de Lote* (1842), do conto *Dois dias de viagem na província de Minas* (1844), e coeditor do *Ostensor Brasileiro* (1845), jornal literário em que foram publicados alguns de nossos primeiros romances histórico-heróicos (mas não indianistas): *Jerônimo Barbalho Bezerra*, *A Guerra dos Emboabas*, *A Cruz de Pedra*. Colaboraram nesse periódico figuras como Teixeira e Sousa, Araújo Porto Alegre, Manuel de Macedo e outros.

aqueles do medievo europeu. Esse artigo, “Considerações gerais sobre a literatura brasileira” (Sousa Silva, 1844a, p. 415-417), da autoria do mesmo Joaquim Norberto da balada “O filho do prisioneiro”, é um chamado à estetização romanesca das tribos indígenas – o primeiro, na verdade, de que tenho notícia. Há aqui, portanto, ainda que parco de exemplos, um certo progresso de consciência, uma certa floração do indianismo que não pode ser ignorada.

Dois anos depois desse artigo programático, Gonçalves Dias estrearia com os *Primeiros Cantos* (1847), sedimentando o indianismo como elemento fundamental da estética romântica brasileira. Mas não imediatamente. Os jornais fluminenses demoraram 8 meses para reconhecer alguma novidade em seu livro, e apenas depois que Alexandre Herculano já o havia feito em uma famosa crítica publicada em 9 de dezembro de 1847.¹¹ Não teriam nossos críticos, a princípio, notado nada excepcional na toada indianista das “Poesias Americanas”? Talvez porque, como notou Wilson Martins (1978, p. 384-385), Gonçalves Dias “não é um poeta indianista”, mas “um poeta lírico que escreveu, ocasionalmente e no contexto de sua inspiração romântica, alguns poemas indianistas”. Pode ser. Fato é que, depois dele, nossa produção indianista avolumou-se, sinal inequívoco de que a corrente, impulsionada por um talento franco e vigoroso, começava enfim a consolidar-se.

6 Considerações finais

Tendo, como proposto, examinado a debilidade da produção indianista nos primeiros dez anos do jornalismo romântico brasileiro, podemos concluir que a formação dessa corrente estética não se deu de maneira espontânea, mas gradual, e que nossos primeiros românticos não demonstravam por ela, em suas publicações periódicas, o entusiasmo que a crítica posterior lhes atribuiu, de modo que são equivocadas as leituras que sugerem a sua presença desde os primeiros momentos da escola romântica. Vimos que, desde 1833, começou-se a esboçar uma tendência literária que privilegiava o americanismo paisagístico (e, depois, histórico-heróico) sobre o americanismo propriamente etnográfico. Em 1834, Gonçalves de Magalhães publica alguns versos da *Confederação dos Tamoios* acompanhados de um programa indianista, mas sem repercussão conhecida. Em 1836, a revista *Nitheroy* volta a privilegiar, como tema literário, a paisagem (inspiradora) sobre o indígena (incivilizado), argumentando que a faculdade imaginativa do homem reage a estímulos ambientais, e que o cenário brasileiro, em especial, poderia despertar uma nova poesia. No contexto desse argumento, a menção ao talento de caetés e tupinambás serve apenas de confirmação à hipótese de que a natureza brasileira pode servir à inspiração poética. Vimos que, entre 1837 e 1843, as principais folhas literárias do Rio de Janeiro pouco ou nada fizeram para o progresso da tendência indianista, muito embora continuassem a estimular o emprego da cor local através da pintura de cenários americanos e hábitos populares. Entre 1843 e 1845, finalmente, a *Minerva Brasiliense* encabeça uma pequena floração indianista (ao lado das mais proeminentes manifestações do americanismo paisagístico e histórico-heróico) e argumenta, de maneira inédita, com um artigo de Joaquim Norberto, que nosso “povo heroico”, indígena, merece ser objeto de composições literárias tanto quanto os povos medievais da Europa. Este é, me parece, um momento

¹¹ Para uma leitura circunstanciada da chegada e recepção de Gonçalves Dias no Rio de Janeiro, Cf. Esteves, 2024, p. 392-412.

relevante no desenvolvimento da idealização indígena na literatura romântica. Os *Primeiros Cantos*, publicados dois anos depois, atualizam e ajudam a consolidar definitivamente essa proposta no panorama da época.

Referências

ALENCAR, José de [lg.]. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856.

AMORA, Antônio Soares. *O romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1969.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro*: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

BOUCHER, Philippe; GAVET, Daniel. Jakaré-Uassu, ou Os Tupinambás. *Revista da Sociedade Philomathica*. Número 3. São Paulo, ago. 1833, p. 92-98.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Primeiro volume. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000a.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Segundo volume. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000b.

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968a.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora distribuidora de livros escolares Ltda., 1968b.

DIAS, Antônio Gonçalves. Historia Patria. Reflexões sobre os Annaes Historicos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo [primeiro artigo]. *Guanabara*. Tomo I. Número 1. Rio de Janeiro, 1849, p. 25-30.

EPHEMEROS. Diário do Rio de Janeiro. Ano XXIII. Número 6700. Rio de Janeiro, 26 ago. 1844, p. 3.

ESTEVES, Gabriel. A recepção contrariada do drama romântico no Brasil (1836). *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, volume 32, número 2, 2023, p. 11-27. DOI: <https://doi.org/10.17851/2358-9787.32.2.11-27>.

ESTEVES, Gabriel. *O romantismo moderado no Brasil (1827–1856)*. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis. 2024.

ESTEVES, Gabriel. Uma leitura moderada da Revista da Sociedade Philomathica. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, volume 31, número 3, 2022, p. 255-273. DOI: <https://doi.org/10.17851/2358-9787.31.3.255-273>.

FERRETTI, Danilo José Zioni. A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão. *História da historiografia*. Ouro Preto, volume 8, número 17, 2015, p. 171-191. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.voi17.831>.

JAKARÉ-UASSU. *Revista da Sociedade Philomathica*. Número 3. São Paulo, ago. 1833, p. 92-98.

- LISBOA, Miguel Maria. O Ypiranga. *Minerva Brasiliense*. Número 19. Volume II. Rio de Janeiro, 1 ago. 1844, p. 590-596.
- LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Cópia. *Correio Official*. Tomo III. Número 51. Rio de Janeiro, 30 ago. 1834, p. 202.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy, Revista Brasiliense*. Número 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836a, p. 132-159.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Litteratura brasileira – Estudos sobre a historia litteraria do Brasil. *Jornal dos Debates*. Número 30. Rio de Janeiro, 16 set. 1837, p. 121-122.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Opúsculos Históricos e Literários*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1865.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros Poéticos e Saudades*. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836b.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volume II. São Paulo: Cultrix, 1978.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- O INDIO GUIDO POCRANE. *Correio das Modas*. Volume II. Número 2. Rio de Janeiro, 5 jul. 1840, p. 10.
- PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Estudos sobre a litteratura. *Nitheroy, Revista Brasiliense*. Número 2. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836, p. 214-243.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Brasiliana dedicada ao Illm. Sr. Ignacio Dias Paes Leme. *Minerva Brasiliense*. Número 10. Volume I. Rio de Janeiro, 15 mar. 1844, p. 301-305.
- PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Ideias sobre a música. *Nitheroy, Revista Brasiliense*. Número 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836, p. 160-183.
- ROCHA, Justiniano José da. Ensaio critico sobre a Collecção de Poesias do Sr. D. J. G. Magalhães. *Revista da Sociedade Philomathica*. Número 2. São Paulo, jul. 1833, p. 47-57.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *Cânticos Líricos*. Volume II. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, 1842.
- SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *Os três dias de um noivado*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de Paula Brito, 1844.
- SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de. *Crítica reunida: 1850–1892*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de. Litteratura brasileira [segunda parte]. *Revista Popular*. Ano 4. Décimo sexto tomo. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862, p. 344-351.
- SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de. Considerações geraes sobre a litteratura brasileira. *Minerva Brasiliense*. Número 14. Volume II. Rio de Janeiro, 15 mai. 1844a, p. 415-417.

SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de. O filho do prisioneiro – ballata. *Minerva Brasiliense*. Número 12. Volume I. Rio de Janeiro, 15 abr. 1844b, p. 370-371.

TEIXEIRA, Joaquim José. À S. M. O Imperador, por haver empunhado o sceptro – Ode. *Diário do Rio de Janeiro*. Ano XIX. Número 256. Rio de Janeiro, 15 nov. 1840, p. 1.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. Paris: Aillaud, 1916.